

Trabalho Produtivo e Trabalho Improdutivo nas “teorias da mais-valia” de Karl Marx

Productive and unproductive labor in the “Theories of surplus-value” by Karl Marx

Artur Bispo dos Santos Neto

Doutor em Letras e Lingüística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

arturbisponeto@gmail.com

Resumo: O presente texto tem como propósito apresentar a peculiaridade do trabalho produtivo e sua distinção em relação ao trabalho improdutivo, conforme abordado no capítulo IV das *Teorias da mais-valia* (Livro IV de *O capital*). Nos manuscritos de 1861-1863, Marx destaca o mérito de Adam Smith tanto perante as posições fisiocratas e mercantilistas acerca da natureza do trabalho produtivo, quanto perante a plêiade de pensadores de menor importância da economia política que, posteriormente, tentaram erigir o trabalho improdutivo à condição de trabalho produtivo. O elogio marxiano ao autor de *A riqueza das nações* não deve ser confundido com alguma afirmação de unidade absoluta acerca de suas considerações sobre a natureza do trabalho. No decorrer deste artigo, buscar-se-á destacar os aspectos distintivos dos referidos autores acerca da peculiaridade do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo e a matriz fundamental da crítica marxiana à economia política.

Palavras-chave: Trabalho produtivo. Trabalho improdutivo. Adam Smith. Karl Marx. Mais-valia.

Abstract: The purpose of this paper is to present the peculiarity of productive labor and its difference from unproductive labor, according to Karl Marx's *Theories of surplus-value* (Volume IV, *Capital*). In the 1861-1863 manuscripts, Marx mentions the importance of Adam Smith in relation to the physiocratic and mercantilist positions on the nature of productive labor, as well as the importance of his position on the group of economists of secondary importance in the political economy, who later tried to construe unproductive labor as productive labor. Marx's praise for the author of *The Wealth of Nations* should not be construed as a sort of statement that defends the absolute unit of the nature of labor. This article highlights some of the relevant aspects of the theories of the mentioned authors about the peculiarity of productive labor and of unproductive labor, and the core of the Marxist criticism of the political economy.

Keywords: Productive labor. Unproductive labor. Adam Smith. Karl Marx. Surplus-value.

Originais recebidos em: 03/06/2013

Aceito para publicação em: 26/06/2013



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Usos Não-Comerciais-Vedada a Criação de Obras Derivadas 3.0 Unported License.

Introdução

Marx se debruça sobre as categorias econômicas de trabalho produtivo e improdutivo em diversas passagens, tanto nos manuscritos de 1857-1858, conhecidos como os *Grundrisse*, como nos manuscritos de 1861-1863, que acabaram por se configurar nas *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico* (capítulo IV de *O capital*), em que além de apresentar o mérito da posição de Adam Smith sobre essa temática, o escrito culmina com a apresentação do primeiro estudo detalhado sobre o problema mediante o aditamento “Produtividade do capital. Trabalho produtivo e improdutivo”. A temática volta a ecoar nos manuscritos preparatórios de *O capital*, entre 1863 e 1866, sob a forma de *Capítulo VI – Inédito*. Neste manuscrito, publicado posteriormente, observa-se considerável aproximação com o texto de *Teorias da mais-valia*. Além destes, a questão mencionada recebe tratamento em diferentes partes de *O capital*, particularmente nos capítulos V e XIV do Livro primeiro, no capítulo VI do Livro segundo, e ainda no capítulo XVII do Livro terceiro, mas não com o detalhamento observado em *Teorias*. O presente texto pretende tão somente esboçar a peculiaridade do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo conforme ressaltado por Karl Marx nos manuscritos de 1861-1863.

O trabalho abstrato enquanto forma substancial que amolda o processo de configuração da produção capitalista se configura nas categorias trabalho produtivo e improdutivo. Essas categorias dizem respeito indubitavelmente ao processo como se configura a produção capitalista enquanto processo de produção de mais-valia. No âmbito geral, isso implica numa concepção estreita do trabalho, pois este enquanto categoria fundante do mundo dos homens supera esse caráter contingente de configuração historicamente determinada, como veremos no decorrer deste texto.

O trabalho produtivo constitui-se como elemento fundamental para o entendimento da essência do sistema do capital, enquanto processo de produção de mais-valia, por isso Marx dedica todo o capítulo IV do primeiro volume das *Teorias da mais-valia*¹ ao tema das “Teorias sobre o trabalho produtivo e improdutivo” (*Theorien*

¹ “Teorias da mais-valia” é resultado dos manuscritos de Marx entre 1861 e 1863, sendo composto por 23 cadernos, com páginas de 1 a 1.472. A história crítica do pensamento econômico dos autores que lhe precederam constitui o Livro IV, ou seja, o último volume de *O capital*. A primeira edição do Livro IV foi organizada por Kautsky entre 1905-1910, dez anos depois da publicação do Livro III e mais de quarenta anos após publicação do Livro primeiro. Além de alterar a ordem dos temas, Kautsky cometeu imprecisões como supressão de partes dos manuscritos, equívocos de interpretação, erros de tradução das passagens contidas em outras línguas e alterações dos termos adotados por Marx. Cinco anos depois foi

über produktive und produktive Arbeit). Começa pela apresentação do pensamento de Adam Smith, passa pela recusa das posições medíocres de seus críticos e culmina explicitando suas próprias posições sobre a questão anunciada.

Trabalho produtivo e trabalho improdutivo em Adam Smith

O autor de **A riqueza das nações** considera como trabalho produtivo tão somente aquele que, além de produzir o valor necessário para a reprodução de sua força de trabalho, é capaz de produzir mais-valia. Escreve Marx (1980, p. 132): “Só é produtivo o *trabalho assalariado* que produz capital” (*Nur die Lohnarbeit ist produktiv, die Kapital produziert*). Embora o trabalho que se destinasse a reproduzir a existência do trabalhador pudesse também ser considerado como produtivo, em termos absolutos, este tipo de produtividade pouco importa ao capitalista, pois somente interessa ao capital a produtividade relativa que se consubstancia em mais-valia no bolso do capitalista. É dessa espécie de trabalho que depende a subsistência do capital.

O mérito de Adam Smith acerca da definição da natureza do trabalho produtivo emana de seu entendimento da natureza da mais-valia. Embora sua concepção ainda esteja conectada aos fisiocratas e aos mercantilistas, ele consegue ultrapassá-los. A concepção errada acerca da natureza da mais-valia brota do fato de não haverem entendido o valor como conectado ao tempo de trabalho socialmente necessário, restringindo-o simplesmente ao valor de uso. Apesar disso, acertaram ao afirmar “*só ser produtivo o trabalho assalariado que gera valor maior que o seu custo*” (Marx, 1980, p. 134). Marx destaca que Adam Smith soube definir com precisão a natureza do trabalho produtivo na sociedade capitalista, nos seguintes termos:

Fica definido o trabalho produtivo do ponto de vista da produção capitalista. *Adam Smith penetrou no âmago da questão, acertou na mosca, e um dos seus maiores méritos científicos* (essa distinção crítica entre trabalho produtivo e improdutivo, conforme acertada observação de Malthus, constitui a base de

realizada uma nova publicação para corrigir os defeitos da publicação anterior, sendo esta organizada por pesquisadores russos, que buscaram preservar o texto original. A versão completa das “Teorias” em russo somente foi publicada entre 1954 e 1961, e a versão alemã, entre 1956 e 1962, ou seja, quase um século depois da edição do Livro primeiro. Quando foi dada ao conhecimento do público, já existia uma compreensão amplamente difundida do pensamento de Marx. A obra ficou circunscrita então ao mundo dos pesquisadores, sendo às vezes um “apêndice incômodo” para determinadas posições petrificadas pelo marxismo vulgar (Cf. Rosdolsky, 2001; Malta e Castelo, s/d). O título da obra relaciona-se ao objeto constante de toda a estrutura dos manuscritos, em que Marx busca apontar como os representantes da economia política (William Petty, David Hume, Adam Smith, James Steuart, David Ricardo, Rodbertus, Thomas Malthus, Robert Torrens, James Mill) tentaram se aproximar, sem êxito, da elucidação desse objeto.

toda a economia burguesa) *é o de ter definido o trabalho produtivo como trabalho que se troca de imediato por capital* – troca em que as condições de produção do trabalho e o valor em geral, dinheiro ou mercadoria, antes de tudo se transformam em capital (e o trabalho em trabalho assalariado, na acepção científica) (Marx, 1980, p. 137, grifo nosso).

Ele estabelece a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo em sua obra *A riqueza das nações*, como segue:

Existe um tipo de trabalho que acrescenta algo ao valor dos objetos sobre os quais se aplica, e existe um outro tipo que não tem efeito. *Por produzir um valor, é possível chamar o primeiro de trabalho produtivo; ao último, de improdutivo.* Assim, o trabalho de um empregado de manufatura geralmente acrescenta, ao valor das matérias-primas às quais se aplica, o valor de sua própria manutenção e o lucro de seu patrão. O trabalho de um criado, ao contrário, nada acrescenta ao valor de qualquer coisa. Embora o empregado de manufaturas tenha os salários adiantados pelo patrão, na medida em que o valor dos salários é geralmente repostos, juntamente com um lucro, na forma de um valor acrescido ao objeto sobre o qual o seu trabalho se aplica. Mas a manutenção de um criado nunca é repostada. Um homem enriquece empregando inúmeros manufatores; empobrece mantendo uma multidão de criados (Smith, 2003, p. 413, grifo nosso).

O trabalho produtivo é o que produz mais-valia e, conseqüentemente, lucro para o capitalista. O trabalhador produtivo não apenas produz o necessário para a reprodução de sua existência enquanto tal, mas produz excedente que serve para garantir a existência do capitalista. O fundamento da produção capitalista consiste no fato de o capitalista comprar uma mercadoria específica, denominada força de trabalho, que pode vender por um valor superior ao adiantado². Após ter comprado meios de produção e força de trabalho, o capitalista pode voltar ao mercado e vender a mercadoria resultante do processo de objetivação do trabalho vivo. O preço dos meios de produção (matéria-prima, ferramentas e maquinário) permanece inalterado, a única coisa que se alterou foi o valor da força de trabalho. Ela agora custa mais do que seu valor originário. É do preço da força de trabalho que ele retira o seu lucro. Os meios de produção, enquanto trabalho morto, é vivificado pela força de trabalho viva, desse modo ocorre o processo de valorização do capital, ou seja, do valor que se valoriza. Marx define esse movimento do capital como “um monstro animado que começa a ‘trabalhar’ como se tivesse amor no corpo” (MARX, 1985a, p. 161). Parece que o monstro tem vida própria, mas apenas parece. O segredo de todo o processo de produção e circulação do capital consiste na exploração da mais-valia. Por isso que a lei absoluta do capital se chama acumulação de mais-valia. Sem esse elemento o capital deixa de ser capital e morre. Os

² Escreve Marx (1983, p. 363, grifo do autor): “O valor de uma mercadoria se determina pela *quantidade total de trabalho* que encerra. [...] Uma parte incluída na mercadoria é trabalho *remunerado*; a outra parte, trabalho *não remunerado*. Logo, quando o capitalista vende a mercadoria *pelo seu valor*, isto é, como cristalização da *quantidade total de trabalho* nela invertido, o capitalista deve forçosamente vendê-la com lucro. Vende não só o que lhe custou um equivalente, como também o que não lhe custou nada, embora haja custado o trabalho do seu operário. O custo da mercadoria para o capitalista e o custo real da mercadoria são coisas inteiramente distintas”.

trabalhadores produtivos constituem-se como aquela classe que produz “a riqueza imediata, material, consistente em mercadorias, todas as mercadorias, excetuada a constituída pela própria forma de trabalho” (Marx, 1980, p. 140). Por isso Adam Smith (2003, p. 413) afirma que: “Um homem enriquece empregando inúmeros manufatores; empobrece mantendo uma multidão de criados”.

Observa-se que a definição adotada por Adam Smith de trabalho produtivo, como trabalho produtor de mercadorias, consiste numa expressão mais elementar do processo de produção de mercadorias do que a concepção de trabalho produtivo como trabalho que produz capital. Por sua vez, a noção do trabalho produtivo como trabalho que produz mercadorias serve para distingui-lo em relação aos mercantilistas e aos fisiocratas. Os mercantilistas consideravam que a forma substancial de constituição do valor se manifestava na forma dinheiro, e os fisiocratas entendiam a terra como princípio constitutivo do valor; já Adam Smith considerava a mercadoria como fundamento de toda a sua teoria do valor. Enquanto fisiocratas e mercantilistas debatiam acerca da oposição entre valor de uso (terra) e valor de troca (dinheiro), Smith consegue articular valor de uso com valor de troca e apontar como produtivo todo trabalho que produza mercadorias. Isso significa que a medida do valor das mercadorias era determinada pelo tempo de trabalho social universal.

Smith considera como produtivo não apenas o trabalho manual do operário ou o trabalho realizado pela mediação das máquinas, “mas também o supervisor, engenheiro, gerente, empregado de escritório etc., em suma, o trabalho de todo o pessoal requerido num determinado ramo da produção material, para produzir determinada mercadoria, e cujo trabalho conjunto (cooperação) é necessário para a fabricação de mercadorias” (Marx, 1980, p. 143-44)³. No âmbito geral isso não poderia ser aplicado ao trabalhador doméstico e à indústria doméstica formada por artesãos, pois estes produziam valores de uso e não valores de troca. Embora, potencialmente, os valores de uso pudessem se constituir como valores de troca, ou seja, a camisa produzida pela costureira, a carne preparada pela cozinheira e o móvel feito pelo marceneiro são coisas que podem ser levadas ao mercado para ser vendidas, essa classe não deixava de ser improdutiva (Marx, 1980).

³ Eis um problema que Marx não debate com profundidade nessa obra, mas que será claramente refutado por Marx no decorrer do Livro primeiro de *O capital* (Cf. Lessa, 2007).

Adam Smith também evidencia a natureza do trabalho improdutivo. “É o trabalho que não se troca por capital, mas diretamente por renda, ou seja, por salário ou lucro (sem dúvida, pelas diversas rubricas, como juros e renda fundiária, co-participantes do lucro do capitalista)” (Marx, 1980, p. 137). Embora pareça que o critério decisivo para determinar o trabalho como improdutivo seja o fato de ele perecer no momento de sua realização ou desempenho, pois

não é a especialidade do trabalho nem a forma externa de seu produto que necessariamente o tornam ‘produtivo’ ou ‘improdutivo’. O mesmo trabalho poderia tanto ser produtivo, se o compro no papel de capitalista, de produtor, para produzir valor maior, quanto improdutivo, se o compro na função de consumidor, de quem despense renda, para consumir seu valor de uso, não importando que esse valor de uso desapareça com a atividade da própria força de trabalho ou se materialize e fixe numa coisa (Marx, 1980, p. 144).

O trabalho da costureira que é comprado como valor de uso para satisfazer as necessidades imediatas de seu comprador é trabalho improdutivo, porque é trabalho que não se configura na forma de mercadoria. Porque este trabalho, segundo Smith, não servia para repor o fundo que possibilitaria comprar o mesmo produto uma segunda vez, à proporção que se esgotava no processo de produção. O capitalista pode comprar temporariamente o trabalho improdutivo da força de trabalho de músicos, atores e prostitutas etc., em que os serviços comprados “perecem no instante do desempenho e não se fixam nem se realizam ‘num objeto durável’ (também se diz particular) ‘ou mercadoria vendável’, destacada deles mesmos” (Marx, 1980, p. 145). No entanto, a compra desses serviços lhe possibilita não somente o pagamento da força de trabalho comprada, sob a forma de salário, como também lhe propicia o lucro. E esses serviços, acrescenta Marx (1980, p. 145), “capacitam-no a comprá-los de novo, isto é, por meio deles mesmos renova-se o fundo por que são pagos”. O mesmo pode acontecer com o trabalho comprado dos auxiliares de um advogado ou com o trabalho comprado da arrumadeira de quarto pelo proprietário de um hotel. No entanto, isso de maneira alguma se contrapõe ao fato de que esses serviços foram pagos com a renda ou derivaram do trabalho produtivo.

Nota-se então que uma parte desses serviços pode estar subordinada à lógica capitalista da produção de mais-valia e outra parte desses serviços pode escapar ao processo capitalista de produção de mais-valia. O produtivo e o improdutivo carecem da mediação social do capitalista que subordina toda a produção ao processo de constituição do capital. No entanto, Marx destaca a relevância de anotar que a própria força de trabalho pode acabar se consubstanciando na forma de uma mercadoria que

venha a se esgotar em seu próprio processo de realização e não constituir uma substância material em sua conclusão; no entanto, isso pode representar uma atividade produtora de mais-valia e lucro para o capitalista. Por outro lado, é possível que uma coisa seja produzida sem o propósito da venda, servindo para satisfazer as necessidades imediatas de seus produtores ou consumidores e, posteriormente, se configure como valor de troca. O critério adotado por Adam Smith para distinguir trabalho produtivo de trabalho improdutivo não deixa de apresentar dificuldades.

Mesmo assim, Marx destaca o grande mérito da teoria de Adam Smith sobre trabalho produtivo e improdutivo, porque se constituiu numa declarada contraposição ao mundo da aristocracia com seus séquitos de atividades improdutivas. Smith afirma que as atividades do soberano, dos magistrados, dos militares, do exército, dos clérigos, dos advogados, médicos, homens de letras, cantores de ópera, atores etc. se configuram como trabalhos improdutivos. A fúria de Adam Smith contra os parasitas da sociedade se explicita declaradamente como se pode constatar no trecho a seguir:

Assim como o trabalho dos criados, o trabalho de algumas das mais respeitáveis classes sociais também é incapaz de produzir algum valor, não se fixando ou realizando em qualquer objeto permanente ou mercadoria vendável que perdure após o término desse trabalho e permita adquirir, mais tarde, uma igual quantidade de trabalho. Por exemplo, o soberano, juntamente com todos os oficiais de justiça e da guerra que lhe servem, todo o exército e toda a marinha, são trabalhadores improdutivos. São servidores públicos, e é uma parte da produção anual do trabalho de outras pessoas que os mantêm. Por mais honrosos, úteis e necessários que sejam, seus serviços não produzem nada que permita posteriormente obter uma igual quantidade do mesmo serviço. [...] Como a declamação do ator, a arenga do orador, ou a melodia do músico, o trabalho de todas essas profissões parece no instante mesmo de sua produção (Smith, 2003, p. 414-415).

Os setores excluídos da condição de trabalhadores produtivos, que vivem da apropriação da riqueza material de seus efetivos produtores e que são parasitas dos verdadeiros produtores, como funcionários públicos, mestres, médicos, clérigos, juízes, advogados etc., trataram de constituir seu partido contra as posições apresentadas por Adam Smith. Como destaca Marx (1980, p. 154):

A economia política no período clássico, do mesmo modo que a própria burguesia no período inicial de autoafirmação, porta-se de maneira severa e crítica com a maquinaria governamental. Mais tarde percebe e – como a prática também evidencia – pela experiência apreende que brota de sua própria organização a necessidade de combinação social de todas essas classes, em parte por completo improdutivas.

Para Adam Smith não era possível pagar dívidas, adquirir mercadorias e comprar “trabalho produtor de mais-valia com os serviços que pago ao advogado, médico, padre, músico etc., ao homem público, ao soldado etc. Esses serviços

desaparecem como os artigos de consumo perecíveis” (Marx, 1980, p. 287). A assertiva de Smith é revolucionária porque se dirige contra o soberano, militares, juízes, sacerdotes, advogados, professores, que não geram nenhuma riqueza material. Longe de bajular os defensores da ordem estabelecida, Smith demonstra que eles não passam de parasitas a viver do trabalho produtivo; por isso defende a necessidade de reduzir os custos com tais atividades. A polêmica aberta contra a concepção desenvolvida por Adam Smith acerca do trabalho produtivo ficou circunscrita, segundo Marx (1980, p. 153),

aos deuses menores, e dela não participou economista algum de importância, personagem algum de quem se pudesse dizer que fez alguma descoberta do domínio da economia política”. Dessa disputa participou o time dos “compiladores pedantescos e autores de compêndios, dos diletantes de pena fácil e vulgarizadores dessa matéria.

Isso ocorre especificamente no instante histórico em que a burguesia assume o poder político e se apodera da estrutura do Estado para resguardar seus interesses. Ela mesma começa a reconhecer o trabalho improdutivo como carne de sua carne e sangue de seu sangue. A partir daí, não precisa mais combater o trabalho improdutivo, pois os distintos trabalhos intelectuais se põem à sua disposição. Os sicofantas (mentirosos, caluniadores, interesseiros, parasitas, impostores etc.) do novo regime tentam “restaurar no plano teórico o segmento meramente parasitário desses ‘trabalhadores improdutivos’ ou justificar as exigências exageradas da fração para ela indispensável” (Marx, 1980, p. 154). No fundo, tratava-se de conferir às camadas ideológicas do aparato burguês uma posição de destaque no processo de reprodução do sistema do capital; nesse aspecto, fazia-se necessário oferecer à atividade intelectual e aos homens de ciência uma posição de primazia, claramente prejudicada pela teoria de Adam Smith. Esses senhores de ciência acharam por bem legitimar e glorificar toda espécie de atividade humana e apontar sua conexão com a produção da riqueza material. Desse modo, buscaram erigir à condição de trabalhador produtivo todo “trabalhador que trabalha a serviço do capital” (Marx, 1980, p. 155), em outras palavras, todo trabalhador que servisse aos propósitos sicofantas da reprodução do capital. Num passe de mágica, os parasitas da sociedade foram promovidos à condição de trabalhadores produtivos e indispensáveis à reprodução do capital.

Nesse novo contexto, é necessário lançar por terra os clássicos da economia política, já que David Ricardo denominou os proprietários de terra de improdutivos, Carey qualificou os comerciantes de improdutivos, e ainda houve um terceiro grupo que

considerou o próprio capitalista como improdutivo. Isso impunha a necessidade de restaurar a produtividade de todas as classes excluídas da produção e asseverar que “o mundo burguês com todos os ‘trabalhadores improdutivos’ é o melhor de todos os mundos. [...]. Era mister descobrir um lugar tanto para esses *ociosos* como para os respectivos *parasitas* no melhor sistema universal possível” (Marx, 1980, p. 155). Neste âmbito, ergueu-se uma plêiade de pensadores do segundo escalão, porém nenhum gigante da economia política assumiu posição contrária às afirmadas por Adam Smith. Constam entre esses pensadores medíocres German Garnier, Ferrier, Lauderdale, Destutt de Tracy, Nassau Senior, P. Rossi, Chalmers, Henri Storch, Ch. Ganilh e outros.

Os arautos da defesa do trabalho improdutivo tentaram apegar-se à noção de consumo como estímulo à produção, em que os distintos assalariados por renda seriam “tão produtivos quanto os trabalhadores, pois, ao expandirem o domínio do consumo material, crescem o da produção” (Marx, 1980, p. 263). Essa visão estreita e unilateral interessava aos ricos ociosos, às camadas parasitárias que viviam da prestação de serviços, e também às cúrias eclesiásticas e aos governos. Neste caso, está fora de toda controvérsia a efetiva relação que perpassa a produção capitalista, na qual o capital é uma totalidade que envolve processo de produção, circulação e consumo. O problema é que os sicofantas tentaram encobrir tudo concedendo ao consumo *status* de soberania indevida, ou seja, ocultando as distinções efetivas entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo.

O processo de produção do trabalho como processo de valorização do capital implica que este precisa apoderar-se cada vez mais de trabalho produtivo para multiplicar a riqueza abstrata. A produção capitalista como superprodução do trabalho para atender às necessidades dos outros implica que o trabalhador deve participar cada vez menos do processo de partilha da riqueza produzida, haja vista que produção de riqueza é produção de miséria. A produção capitalista requer um desenvolvimento das forças produtivas e a constituição de superprodução de riqueza, sem que isso represente alguma melhoria das condições de existência da classe operária. A superprodução deve-se ao trabalho produtivo, mas o superconsumo não se deve ao trabalho produtivo, senão ao trabalho improdutivo, pois este come o que não plantou, veste o que não produziu e usufrui de coisas que não fabricou. Isso acontece porque o capitalista cede “ao dono de terras, ao estado, aos credores do estado, igreja etc., que só despendem renda, diminui sua riqueza em termos absolutos, mas mantém-lhe atuante o impulso de enriquecimento e preserva-lhe a alma capitalista” (Marx, 1980, p. 265). Se ao invés de ceder parte de

sua riqueza, retivesse tudo para si, isso obrigaria os titulares de renda da terra e juros a converterem-se também em capitalistas industriais. Observa-se que produção e consumo estão conectados, mas não como pretendem os apologistas do trabalho improdutivo, fazendo do consumo uma atividade também produtiva. No novo contexto social, os anõezinhos da economia política precisam empenhar-se ferrenhamente na tentativa de derrubar as teses de Adam Smith acerca do caráter improdutivo de suas atividades, e assim justificarem o recebimento de seus elevados soldos emanados da mais-valia que brota do trabalho produtivo.

Trabalho produtivo e improdutivo na perspectiva de Marx

Depois das considerações elogiosas à concepção de Smith acerca da distinção entre trabalho produtivo e improdutivo e das críticas aos diversos opositores de Adam Smith, o primeiro volume das *Teorias* encerra-se com a distinção propriamente marxiana de trabalho produtivo e improdutivo. Isso é feito mediante a apresentação do texto denominado de “Produtividade do capital. Trabalho produtivo e improdutivo”, na forma de aditamento.

Nesta parte do manuscrito de 1861-1863, Marx revela como o modo de produção capitalista aprofunda o processo de apropriação de trabalho excedente, movimento que se observa ao longo de todas as sociedades de classes. Escreve Marx (1980, p. 386):

pois o que distingue essa forma de todas as anteriores é que o capitalista domina o trabalhador não por força de um atributo pessoal, mas apenas enquanto é ‘capital’; esse poderio é tão só o do trabalho materializado sobre o vivo, do produto do trabalhador sobre o próprio trabalhador.

No modo de produção capitalista as coisas se tornam ainda mais enigmáticas porque as condições objetivas e os produtos do trabalho acabam se configurando na forma de capital. O desenvolvimento social, mediante a cooperação, manufatura e fábrica, acaba por servir ao desenvolvimento do capital, e conseqüentemente as forças naturais e a ciência se configuram como forças produtivas do capital. Tudo serve ao processo de reprodução do capital e se põe como uma coisa estranha aos trabalhadores individuais. As caracterizações sociais do trabalho dos operários contrapõem-se a eles mesmos; tanto a máquina quanto a ciência e a natureza se convertem em aliadas fundamentais do capital contra o trabalho. Escreve Marx (1980, p. 387): “a ciência empregada na máquina se revela capital”. Tudo aparece como excelente meio de

exploração do trabalho. O capital recorre a todos os meios disponíveis para expropriar mais trabalho.

Como no modo de produção capitalista a força produtiva está aprisionada aos interesses do capital, não é possível separar força produtiva de trabalho e força produtiva do capital. O trabalho produtivo manifesta-se como trabalho produtivo de capital ou trabalho produtivo de mais-valia. Afinal, a lei absoluta do capital se chama acumulação de mais-valia. Anota Marx (1980, p. 394): “O resultado do processo de produção capitalista não é mero produto (valor de uso) nem mercadoria, isto é, valor de uso que tem determinado valor de troca. Seu resultado, seu produto, é criação de mais-valia para o capital...”.

Marx chama atenção para o tacaño espírito burguês que tenta naturalizar este modo de produção e erigir todas as formas de trabalho à condição de trabalho produtivo:

Só o tacaño espírito burguês, que considera absolutas e, portanto, formas naturais eternas. as formas capitalistas de produção, pode confundir estas duas perguntas – que é trabalho produtivo do ponto de vista do capital, e que trabalho é em geral produtivo ou que é trabalho produtivo em geral – e assim ter-se na conta de muito sábio, ao responder que todo trabalho que produza alguma coisa, um resultado qualquer, por isso mesmo, é trabalho produtivo (Marx, 1980, p. 388).

No modo de produção capitalista, trabalho produtivo é somente o trabalho que produz mais-valia. O trabalho que produz valor sempre comparece como trabalho do indivíduo isolado, que se expressa na forma de trabalho em geral. Nessa relação, “o trabalho produtivo representa sempre perante o capital nada mais que o trabalho do trabalhador isolado” (Marx, 1980, p. 389). É da natureza do capital apropriar-se das forças produtivas sociais que emanam do trabalho; assim o trabalho produtivo acaba servindo para gerar as forças produtivas do capital, e o produto do trabalho excedente se converte em processo de autovalorização do capital.

O trabalho produtivo na sociedade capitalista é aquele que se troca por capital, ou seja, é trabalho que se troca por dinheiro, que na qualidade de capital enfrenta e domina a força de trabalho. Esclarece ainda Marx (1980, p. 391):

Trabalho produtivo é, portanto, o que, para o trabalhador, apenas reproduz o valor previamente determinado de sua força de trabalho, mas, como atividade geradora de valor, acresce o valor do capital, ou contrapõe ao próprio trabalhador os valores que criou na forma de capital.

O tacaño espírito burguês, expresso no segundo escalão da economia política, tenta a todo custo erigir à condição de trabalho produtivo o trabalho improdutivo. No entanto, para o capital, somente é produtivo o trabalho que produz mais-valia. Isso

implica dizer que o trabalho produtivo para o capital é “uma qualificação que, de início, absolutamente nada tem a ver com o conteúdo característico do trabalho, com sua utilidade particular ou com o valor de uso peculiar como ele se apresenta” (Marx, 1980, p. 395). O trabalho produtivo não é nem mesmo a simples produção de mercadorias, mas tão só a produção de mercadorias que possibilita a constituição de mais-valia.

Embora o trabalho produtivo (enquanto relação sociometabólica do homem com a natureza), que se constitui na forma de meios de produção e meios de subsistência, seja o único que se expresse na forma de conteúdo material de toda a riqueza, para o capital somente é produtivo o trabalho que produz mais-valia. Isso resulta numa restrição do conceito de trabalho produtivo. Daí o caráter também ambíguo do trabalho produtivo no sistema do capital, em que uma mesma espécie de trabalho pode tanto ser produtiva como improdutiva. Escreve Marx (1980, p. 396): “Uma cantora que vende seu canto por conta própria é um trabalhador improdutivo. Mas, a mesma cantora, se um empresário a contrata para ganhar dinheiro com seu canto, é um trabalhador produtivo, pois produz capital” (Marx, 1980, p. 396).

O caráter ambíguo subsiste ainda quando um alfaiate, que fornece um produto dotado de substância material, produz uma calça sob encomenda para uma pessoa que vive de renda; este trabalho é improdutivo, pois não produz nenhum capital. No entanto, quando este mesmo operário produz para uma empresa capitalista ele se torna produtivo. Marx esclarece como uma mesma espécie pode ser produtiva ou improdutiva:

Compro o trabalho de alfaiate em virtude do serviço que presta como trabalho de alfaiate, para satisfazer minha necessidade de vestuário, ou seja, uma das minhas necessidades. O dono da alfaiataria compra-o para fazer 2 táleres com 1. Compro-o por produzir determinado valor de uso, por prestar determinado serviço. Ele o compra por fornecer mais valor de troca do que custa, como simples meio de permutar menos trabalho por mais trabalho (Marx, 1980, p. 397).

No primeiro caso ocorre um gasto com consumo pessoal de quem compra o serviço do alfaiate e o produto que foi produzido; no segundo caso, trata-se de um meio de produzir mais dinheiro para o capitalista. A nomenclatura trabalho produtivo e improdutivo está relacionada à compra de força de trabalho que serve para reprodução do capital, ou seja, está relacionada à venda da força de trabalho para quem detém a propriedade dos meios de produção e dos meios de subsistência. No entanto, neste caso, observa-se que o trabalho do alfaiate não se esgota em sua realização, pois um produto foi objetivado no processo, mas como este produto somente tem valor de uso e não

valor de troca, o caráter de trabalho produtivo desaparece para o capital. Diferentemente do trabalho da cantora, que se esgota na sua realização. Marx (1980, p. 398) explica: “Infere-se daí que a mera troca de dinheiro por trabalho não transforma este em trabalho produtivo, e ademais que não faz diferença, de início, o conteúdo desse trabalho”. O valor de uso não é o critério decisivo que determina a natureza do trabalho produtivo no modo de produção capitalista. Pouca importância tem, “segundo a evidência inicial, o conteúdo, o caráter concreto, a utilidade particular do trabalho, conforme vimos, pois o mesmo trabalho do mesmo alfaiate se revela, num caso, produtivo, e no outro, improdutivo” (Marx, 1980, p. 399).

Do ponto de vista da produção capitalista, quando o trabalho não fornece mais-valia ao capital ele é improdutivo, pouco importa a natureza do produto que está sendo objetivado, pouco importa que ele seja intercâmbio orgânico com a natureza. Escreve Lessa (2012, p. 90): “Para a autovalorização do capital não faz qualquer diferença se a mais-valia foi ou não extraída do intercâmbio orgânico com a natureza, se a mais-valia teve sua origem numa escola, num teatro ou numa fábrica”. Ainda para Marx, o simples fato de o dinheiro comparecer intermediando a relação não implica que o trabalho seja produtivo e que o dinheiro esteja se consubstanciando na forma de capital. Existem distintos serviços que podem ser comprados pela mediação do dinheiro, mas que são improdutivos, como é caso dos serviços do médico, do sacerdote, do professor, do militar, do policial, dos funcionários públicos etc. Na verdade quem menos exerce comando sobre os trabalhadores improdutivos são os trabalhadores produtivos; embora sirvam de sustentação de toda a estrutura da sociedade capitalista, são os que menos se beneficiam com os serviços prestados pelos trabalhadores improdutivos. No entanto, o capitalista pode contratar os serviços do professor, do advogado e do médico, e os fazer trabalhar para ele, quando estes trabalhos, embora não tenham nenhum conteúdo material, se destinarem a produzir mais dinheiro; eles se configuram, então, como trabalho produtivo de capital. Mas este não é o cerne da produção capitalista como produção de mais-valia. Conforme Marx (1980, p. 404): “Todas essas manifestações da produção capitalista nesse domínio, comparadas com o conjunto dessa produção, são tão insignificantes que podem ficar de todo despercebidas”.

Insatisfeito com a noção predominante de trabalho produtivo na sociedade capitalista, enquanto trabalho que produz mais-valia, Marx afirma a prioridade ontológica do trabalho como categoria fundante do mundo dos homens. Tal noção acaba

sendo bem mais ampla, porquanto serve para caracterizar o trabalho como “produtivo” em qualquer forma de sociabilidade. Escreve Marx (1980, p. 403, grifo nosso):

Pode-se então caracterizar os trabalhadores produtivos, isto é, os trabalhadores que produzem capital, pela circunstância de seu trabalho se realizar em mercadorias, em produtos do trabalho, em riqueza material. *E assim ter-se-ia dado ao trabalho produtivo uma segunda definição, acessória, diversa da característica determinante, que nada tem a ver com o conteúdo do trabalho e dele não depende.*

O trabalho, para que seja apresentado como mercadoria e se constitua como fundamento do processo de valorização do capital, precisa primeiramente se consubstanciar como valor de uso, ou seja, deve satisfazer necessidades humanas. No capítulo V do Livro primeiro de *O capital*, Marx trata do trabalho como necessidade eterna dos homens. O fato de o capitalista se apropriar do trabalho operário e transformá-lo em mercadoria não altera em nada a substância fundamental do trabalho, enquanto eterna necessidade dos homens e elemento substancial de toda e qualquer forma de sociedade. Acrescenta Marx (1985, p. 149, grifo nosso): “A produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle. Por isso, *o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada*”.

O trabalho como intercâmbio com a natureza é uma categoria universal e perpassa as distintas formas de sociabilidade. O fato de a expropriação do tempo de trabalho do trabalhador acabar se constituindo como polo regente das sociedades de classes não altera em nada a condição de que este somente consegue reproduzir sua existência material por meio do trabalho concreto, enquanto trabalho efetivamente produtivo. O trabalho como relação metabólica com a natureza é o único que integra todas as formas de sociabilidade e se apresenta como critério das formas vindouras de sociabilidade humana.

Este modo de configuração do trabalho constitui uma expressão superior de configuração do trabalho produtivo. Numa nota do capítulo V do Livro primeiro de *O capital*, Marx chama atenção para o fato de que: “Essa determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista” (Marx, 1985a, p. 151, nota 7). Embora o trabalho seja o fundamental do ser social, o desenvolvimento da totalidade social culmina na constituição de uma forma de sociabilidade que obnubila essa sua fundamentação, por isso é preciso fazer um processo de elucidação da realidade social na forma de abstrações razoáveis em que comparece a necessidade de distinguir o

trabalho como necessidade eterna dos homens do trabalho que serve de fundamentação ao modo de produção capitalista.

A novidade de Marx em relação aos representantes da economia política, como Adam Smith e David Ricardo, está em haver qualificado a natureza do trabalho que produz e agrega valor. No entanto, a economia política padece do problema de tentar naturalizar as relações sociais e o sistema do capital, considerando que as relações de produção que caracterizam a sociedade capitalista como relações eternas e infinitas; ela é incapaz de perceber que o sistema do capital é tão somente uma expressão histórica determinada e que suas categorias econômicas não podem ser encaradas como categorias dominantes nas sociedades precedentes.

O mérito da economia política em ajudar a decifrar o código secreto da teoria do valor, da mercadoria e do lucro do capitalista contra os fisiocratas não deve servir para encobrir seus defeitos. O principal defeito da economia política, inclusive de Adam Smith, subsiste ao não compreender as contradições existentes na sociedade capitalista e como elas integram suas diferentes categorias. A economia política acaba por não perceber que a sociedade capitalista pressupõe também uma determinada forma de manifestação do trabalho (abstrato) que acaba se distinguindo do trabalho como categoria fundante do mundo dos homens, mas que jamais poderia emergir desconsiderando-o. Marx tentou e conseguiu superar Adam Smith ao realizar uma efetiva elucidação da anatomia desta sociedade apontando o devido lugar que ocupa o trabalho, enquanto mediação da sociedade com a natureza, como categoria fundante do mundo dos homens e de toda forma de sociabilidade.

A substância efetiva do trabalho como valor de uso não deixa de existir pelo fato de o trabalhador, em vez de realizar trabalho para si, realizar trabalho para um capitalista. O trabalho que serve para configurar o processo de valorização do capital não pode ser entendido separadamente do trabalho como valor de uso e necessidade eterna dos homens, porque nenhuma forma de sociabilidade é possível de existir sem o trabalho. O capitalista compra força de trabalho e meios de produção porque estes possuem valor de uso. O valor de uso não é uma propriedade estranha ao corpo dos objetos, mas intrínseca a eles. Isso significa que o capitalista não pode desvencilhar-se do valor de uso. No entanto, essa configuração do valor é somente um elemento intermediário que torna possível a troca de sua mercadoria pela forma dinheiro. A mercadoria, segundo Marx (1985a, p. 155), “é unidade de valor de uso e valor; seu

processo de produção tem de ser unidade de processo de trabalho e, portanto, processo de formação de valor”.

O trabalho abstrato enquanto fonte de valor é uma coisa gelatinosa, pois não se trata mais, assegura Marx (1985a, p. 157), “da qualidade, natureza e conteúdo do trabalho, mas apenas de sua quantidade”. O processo de produção de mercadorias elege uma formatação completamente distinta ao trabalho e ao produto do trabalho enquanto uma coisa concreta, pois o processo de valorização requer um trabalho completamente distinto e a configuração dum produto completamente diferenciado. O trabalho e o produto de trabalho “aparecem aqui sob uma luz totalmente diferente da projetada pelo ponto de vista do processo de trabalho propriamente dito” (Marx, 1985a, p. 157).

O capitalista compra trabalho (abstrato) porque este é único elemento que admite a valorização do dinheiro antecipado, é o único que permite que o valor se valorize. No entanto, o processo de trabalho é um processo de produção de valor de uso, de produção de coisas para atender às necessidades humanas. Esse aspecto qualitativo e concreto do trabalho é distinto do processo de produção de mercadorias; e ele não deixa de ser considerado no processo de valorização, pois o capitalista observa as habilidades específicas do trabalhador na hora de firmar o seu contrato.

Não se abordam aqui as possíveis diferenciações que perpassam o conjunto das questões anunciadas por Marx nos manuscritos de 1861-1863 e nos manuscritos de 1863-1866 (Capítulo VI – Inédito), bem como entre os referidos manuscritos e o Livro primeiro de *O capital*. Particularmente, aquelas sobre a natureza do trabalhador coletivo e os problemas decorrentes da distinção entre trabalho produtivo e improdutivo na contemporaneidade. É possível afirmar que as questões fundamentais anunciadas nas *Teorias da mais-valia* (manuscritos de 1863) sobre a natureza do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo integram as reflexões que perpassam os escritos posteriores do referido autor.

Conclusão

O entendimento do trabalho produtivo como trabalho que produz mais-valia é uma noção que jamais será abandonada nos escritos marxianos que se sucedem. Seu texto mais elaborado, o Livro primeiro de *O capital*, faz referência às *Teorias*, como segue: “No Livro quarto deste escrito, o qual trata da história da teoria, ver-se-á, com

mais pormenores, que a Economia Política clássica sempre fez da produção de mais-valia a característica decisiva do trabalhador produtivo" (Marx, 1985b, p. 106). Isso implica dizer que as *Teorias* consistem num espaço privilegiado para o entendimento das posições marxianas acerca da natureza do trabalho produtivo e sua distinção em relação ao trabalho improdutivo. O leitor atento poderá indagar acerca do caráter provisório de um texto que tem a forma de manuscrito, mas há de se convir que o desenvolvimento dessa problemática no capítulo XIV de *O capital*, por exemplo, não passa duma síntese das ideias desenvolvidas nas *Teorias*. Por sua vez, é possível observar que o avanço do pensamento marxiano no esclarecimento da distinção nodal que subsiste entre trabalho manual e trabalho intelectual na sociedade capitalista exigiria uma melhor adequação das *Teorias* à estrutura do Livro primeiro de *O capital*. Essas questões, certamente importantes, ultrapassam os limites deste texto.

Referências bibliográficas

LESSA, Sérgio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Serviço Social e trabalho: porque Serviço Social não é trabalho*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MALTA, M. M. e CASTELO, C. *Marx e a história do pensamento econômico: um debate sobre método e ideologia*. Rio de Janeiro: UFRJ, s/d. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/oldroot/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto2505.pdf> Acesso em 3 fev 2013.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro. Vol. II. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.

_____. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico (Livro IV de O capital)*. Vol. I. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

_____. *Capítulo VI – Inédito de O capital*. São Paulo: LECH, 1978.

MARX, Karl. Salário, preço e lucro. In. MARX, Karl/ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Vol. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

_____. *Theorienüber den Mehrwert (Vieter band des "Kapitals") Ersterteil*. Disponível em: <http://www.marxists.org/deutsch/archiv/marx-engels/1863/tumw/standard/index.htm>. Acesso em 3 fev 2013.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Vol. I. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ROSDOLSKY. *Gênese e estrutura de O capital*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.